

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

NUANCES DA PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

NUANCES OF THE PRECARIZATION OF THE WORLD OF WORK IN THE PROFESSIONAL PRACTICE OF SOCIAL WORKERS IN CONTEMPORARY TIME

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho¹

RESUMO

Esse artigo de cunho teórico-crítico é um substrato dos resultados da nossa pesquisa de doutoramento em Serviço Social, na qual utilizamos o materialismo-histórico dialético como método de pesquisa e a análise e interpretação de dados bibliográficos como estratégias de investigação acerca das determinações que envolvem o avanço atual do conservadorismo e da “captura” da subjetividade profissional no âmbito do Serviço Social, a partir da delimitação de 35 artigos publicados nos anais do XVI CBAS do ano de 2019. Apresentamos, portanto, um dos elementos evidenciado na pesquisa que trata especificadamente das inflexões da precarização do mundo do trabalho na prática profissional das assistentes sociais, pelas quais se incorporam a racionalidade e as diretrizes institucionais como fundamento do trabalho profissional em contraposição à cultura crítica do Serviço Social.

Palavras-Chave: Serviço Social; Trabalho Precarizado; Diretrizes Institucionais.

ABSTRACT

This theoretical-critical article is a substrate of the results of our doctoral research in Social Work, in which we use dialectical historical-materialism as a research method and the analysis and interpretation of bibliographic data as research strategies regarding the determinations that involve the current advance of conservatism and the “capture” of

¹ Assistente Social com graduação em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (FAR), Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto e na função de coordenador do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) UNIOESTE/FB. E-mail: isllony@hotmail.com.

professional subjectivity within the scope of Social Service, based on the delimitation of 35 articles published in the annals of the XVI CBAS of the year 2019. We therefore present one of the elements highlighted in the research that specifically deals with of the inflections of the precariousness of the world of work in the professional practice of social workers, through which rationality and institutional guidelines are incorporated as the foundation of professional work in opposition to the critical culture of Social Work.

Keywords: Social Work; Precarious Work; Institutional Guidelines.

1 INTRODUÇÃO

As contradições presentes nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem as assistentes sociais na contemporaneidade só podem ser analisadas a partir do próprio movimento da sociedade capitalista e como ela determina as relações no mundo do trabalho, ou seja, não é possível analisarmos o trabalho profissional, tanto quanto não seja possível a apreensão das diretrizes que envolvem esse contexto sem considerar as condições concretas em que se dá o trabalho na contemporaneidade.

Refletir sobre o quanto as condições do trabalho na cena contemporânea interpela as assistentes sociais, como qualquer outra trabalhadora, já que a profissão de Serviço Social é parte da divisão social e técnica do trabalho, a partir de uma especialização e por meio da venda da sua força de trabalho, regulada por formas distintas de contrato, é tomar parte do conhecimento de como os dilemas da alienação e das determinações sociais que as acometem, já que tais questões interferem na forma de realizar suas atividades profissionais. E, contemporaneamente, vive-se um processo de precarização do trabalho, o que impacta diretamente na cultura crítica da profissão.

Essas questões percorrem o interior da profissão em todo seu processo histórico, obviamente, que resguardando as devidas mediações de cada época. Diante disso, posso afirmar que tais elementos estão subjugados à realidade social contemporânea, tendo-as capturado em meu processo de pesquisa, desde a graduação em Serviço Social; no mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) pude qualificar melhor nossa apreensão sobre tais pontos, debruçando-se sobre a discussão do *ethos* profissional; ainda, sendo possível, no âmbito do doutorado em Serviço Social na mesma instituição, nos aproximarmos mais dessas categorias teórico-práticas.

Dessa forma, imprimimos nesse artigo algumas reflexões contidas em nossa tese de

doutoramento em Serviço Social, a qual objetivou apreender o movimento das determinações que envolvem o avanço atual do conservadorismo e da “captura” da subjetividade profissional no âmbito do Serviço Social contemporâneo em detrimento do trabalho profissional de acordo com a cultura crítica da profissão. A pesquisa, no todo, se constituiu de forma bibliográfica e documental. No âmbito bibliográfico delimitamos as seguintes categorias analíticas: precarização do trabalho; trabalho profissional; projeto ético-político e crise do capital. No que se refere aos documentos analisados, temos como bases primárias aqueles que dão materialidade do projeto ético-político, bem como resoluções e notas técnicas do Conjunto CFESS/CRESS. Ainda, de forma complementar, utilizei-me de alguns fragmentos das entrevistas realizadas no âmbito da minha pesquisa de mestrado, tendo em vista que certas questões careciam de mais aprofundamento.

E de forma sintética, podemos concluir que toda vez que o conservadorismo avança na sociedade brasileira, ele aprofunda fissuras na cultura crítica do Serviço Social, impactando diretamente na legitimidade, interpretação, incorporação e materialidade do projeto ético-político. Abordo, então, aqui, um desses pontos críticos evidenciados na pesquisa: ***o quanto o processo de flexibilização e desregulamentação do trabalho são traços marcantes na precarização do trabalho, situação que impacta diretamente a objetividade e subjetividade das assistentes sociais no desenvolvimento do seu trabalho, recaindo em condições desfavoráveis à incorporação da cultura crítica do Serviço Social.***

2 O TRABALHO PRECARIZADO, EM SUAS FORMAS FLEXÍVEL E DESREGULAMENTADO

A partir do trato dado ao material coletado para nossa pesquisa de doutoramento, é latente quanto o processo de flexibilização e desregulamentação do trabalho são traços marcantes na precarização dessa realidade, situação que impacta diretamente a objetividade e subjetividade das assistentes sociais no desenvolvimento do seu trabalho, e isso acontece a partir de algumas expressões, dentre as quais identificamos: 1) cerceamento da postura ético-política crítica e da autonomia profissional; 2) competitividade profissional; 3) esgarçamento, enfraquecimento e esvaziamento dos sindicatos e representações coletivas dos/as trabalhadores/as; 4) desgaste da saúde das profissionais, o que tem gerado um adoecimento em massa.

Vivemos, nesse contexto, o aprofundamento da nova razão do mundo: o neoliberalismo econômico, que no Brasil é agravado recentemente por uma versão fundamentalista cristã (LÖWY, 2016), o qual vem devastando a economia, destroçando o trabalho com as mais diversas formas de desregulamentação, flexibilização, intensificação e precarização, de modo que os sofrimentos, adoecimentos e assédios tem sido mais a regra do que a exceção, agravados ainda pela pandemia da COVID-19, e que expande o trabalho como informal, como bico, e também atinge o/a trabalhador/a assalariado/a na sua inteireza, em suas dimensões materiais e subjetivas, além de impactar na formação de associações e organizações das identidades coletivas, reconfigurando o trabalho social de diversas categorias, entre elas a das assistentes sociais, que tem no Estado seu maior empregador.

Essas expressões da precarização do mundo do trabalho transcendem a cada profissional, em sua singularidade, pois elas se colocam de um modo geral, nas instituições empregadoras, nas demandas em que são atendidas, e atinge a assistente social, tendo em vista a sua condição de trabalhadora assalariada.

Estamos lidando com o reflexo do processo de “acumulação flexível”, que segundo Alves (2008, p. 237) “impõe o novo tráfego corpo-mente como meio de ‘administrar’ o estresse que atinge o trabalhador assalariado nas condições de intensificação do trabalho estranhado”, marcada, portanto, pela intensificação e controle do trabalho, pela exigência de uma profissional cada vez mais polivalente e versátil, ao passo que aumenta a desqualificação e contribui para homogeneização das categorias profissionais.

Essas condições tendem a operar uma radicalização autonomizada das objetivações do ser social, pois a expansão da divisão sociotécnica do trabalho cria uma lógica imanente a esse modo de produção, sendo ela: intensificação do trabalho, rotatividade, alargamento do individualismo, da competitividade, do egoísmo, da concorrência. “O mercado de trabalho se caracteriza como o reino do ‘salve-se quem puder’” (GUERRA, 2016a, p. 90).

Nesse sentido, o que se tem vivido tanto nos espaços públicos e privados de trabalho profissional é um amplo processo de terceirizações e quarteirizações; disseminação das pessoas jurídicas; as mais diversas formas de contratação do trabalho temporário, em tempo parcial, por tarefa, em tempo intermitente, organização flexível, trabalho remoto, *free-lances*, tele-trabalho; o sub-emprego; os pluriempregos; baixos salários; intensificação e extensão da carga horária de trabalho; contratos pelo formato de pregão eletrônico; contratação de assistentes sociais sob a denominação de cargos genéricos. Tudo isso com a intencionalidade de implodir

o estatuto do/a servidor/a público/a, aquele/a profissional concursado/a, com carreira, com regime jurídico próprio, caminhando para a sua extinção.

Essas questões vão adentro no âmbito do trabalho, muitas vezes de forma sutil, e as profissionais vão incorporando isso no seu trabalho de forma natural, sem analisar o sentido dessas questões no âmbito do trabalho. Isso muitas vezes acaba por aumentar o crescimento do assédio moral, desgaste mental, sofrimento e adoecimento, que somadas à “[...] precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista” (RAICHELIS, 2018, p. 52), o resultado não pode ser outro a não ser a ampliação da precarização do trabalho e da vida.

3 INFLEXÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

A precarização do trabalho profissional se radicaliza com a pandemia do COVID-19, e reedita antigas requisições geridas pelo Serviço Social, que se dirigem para enfatizar o trabalho das urgências, o plantão social e laborar nas ações eventuais desconectadas das políticas sociais das quais essas ações fazem parte, dissemina estratégias de gestão gerencialista, de cobrança de metas, de produtividade, de controle sobre o trabalho e também sobre os próprios sujeitos atendidos, aprofundando uma gestão do trabalho pelo medo da perda do emprego, que contamina o ambiente e estimula condutas de desqualificação do trabalho, de competitividade, individualidade, causando sofrimento e danos físicos, psíquicos e morais, ou seja, adoecendo as profissionais.

Assim sendo, apontamos aqui algumas das inflexões desta precarização na prática profissional das assistentes sociais na contemporaneidade, sendo elas: o **cerceamento da postura ético-política crítica e da autonomia profissional**, já que:

A reestruturação produtiva trouxe como consequências a flexibilização de direitos trabalhistas e a precarização do trabalho, da qual intensificam e aumentam as jornadas de trabalho, o desemprego estrutural e a crise de representação sindical, assim como a dinâmica de contratação de atividades terceirizadas. [...] Portanto, essas mudanças repercutem decisivamente na forma de organização dos trabalhadores e nas exigências de um novo modelo de qualificação dos mesmos. A precarização das relações de trabalho limita o Assistente Social quanto a sua postura ético-política e autonomia profissional, cerceando continuamente o fazer profissional de novos desafios (OLIVEIRA, 2019, p. 02-03, grifos nosso).

As transformações operadas no mundo do trabalho têm posto novos desafios ao trabalho das assistentes sociais sob duas frentes: pela natureza das demandas que chegam a essa profissional, e pela sua condição de trabalhadora assalariada, as quais se identificam com as diversas incidências sob a vida profissional.

Aqui a tendência que se coloca é um processo de despolitização das necessidades do trabalho, com um aumento crescente de profissionais que não expressam um *ethos* profissional enraizado na cultura crítica da profissão, gerando dificuldades em apreender os direcionamentos ético-políticos presentes no projeto profissional do Serviço Social em detrimento de uma identificação com os valores ético-políticos da instituição empregadora, o que impacta diretamente na própria autonomia profissional, já que:

Quanto menos qualificados ético-política e teoricamente nos encontramos, mais favorecemos o capital, por nos colocarmos à mercê de sua força de pressão. Quanto mais qualificados ético-política e teoricamente nos encontramos, menos nos reduzimos a braços da elite dominante e mais contamos com a possibilidade de favorecer os trabalhadores. Quanto menos isolados e fragmentados nos encontramos, mais fortalecidos estaremos no enfrentamento das adversidades do cotidiano (VASCONCELOS, 2015, p. 117-118).

A produção e a reprodução social da força de trabalho vivem um colapso próprio do processo de reestruturação produtiva mediadas pelo mercado de trabalho, e à profissional de Serviço Social é demandada refuncionalizar seus procedimentos operacionais, por uma crescente desespecialização, que tem por finalidade equiparar todas as profissões a uma só singularidade, determinando um rearranjo de suas competências técnicas e políticas, ascendendo-as ao instituto de demandas à profissão, sem mesmo as serem, o que reforça, segundo Guerra (2016a, p. 94), uma atuação “com demandas diversas, de modo que a profissão parece resultar do acaso, do aleatório, do caótico, do improvisado, respondendo às demandas inespecíficas”.

Outro elemento que se evidencia no âmago das transformações no mundo do trabalho é a **competitividade profissional**, pela qual, assistentes sociais acabam reduzindo seu trabalho a ações profissionais com um fim em si mesmas, demandadas pelo aumento da produtividade, com “valorização” daqueles que as executam com excelência institucional.

Ao iniciar o processo de reorganização da produção e do trabalho, houve também a reorganização de dominação pelo capital, do ponto de vista ideológico há um

investimento da cooptação da subjetividade do/da trabalhador/a de um ideário individualista, de **competição entre os seus pares**, absorvendo a ideologia da empresa como sua, alheio às suas próprias demandas (SOUZA; DIAS, 2019, p.02)

É sabido que as assistentes sociais na condição de trabalhadoras assalariadas são submetidas aos mesmos processos que o conjunto da classe trabalhadora. E, em virtude das reconfigurações no mundo do trabalho, os/as trabalhadores/as vêm sendo estimulados/as à competitividade entre os seus pares, tendo em vista sua própria manutenção no “emprego”, situação que chega ao Serviço Social diante das diversas formas precárias de contratação.

A ênfase à competitividade, ao egoísmo e as conquistas estritamente individuais tem sido à tona dessa nova lógica de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo, assentadas na falta de uma ética e moral emancipatórias entre as pessoas, donde para se alcançar os objetivos, qualquer meio se justifica, e tudo isso se expressa no trabalho profissional das assistentes sociais por meio de uma imposição (in)consciente por parte da instituição e do próprio mercado, que requerem cada vez mais das profissionais uma competição para quem cumpre mais metas; quem produz mais; quem mais se adequa; quem mais contribui com os interesses dos organismos empregadores, ou seja, quem mais atende as demandas institucionais, alimentando a competitividade entre os pares que tem nessa lógica a forma de conduzir o seu trabalho, própria do *ethos* idealista-formal.

Por outro lado, aquelas profissionais que se colocam no alinhamento ao projeto ético-político tendem também a vivenciar as expressões negativas desse processo, pois mesmo com todo seu aparato teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, detém certa autonomia no seu trabalho, mas que é condicionada pelas condições objetivas. Assim, mesmo em face de toda a capacidade crítica de identificar essas determinações, algumas vezes não tem como abstrair-se delas, ficando a cargo da profissional uma leitura crítica, e uma avaliação das possibilidades para consubstanciar possíveis alargamentos dessa autonomia em outros momentos, em que a correlação de forças seja mais favorável.

Essa situação tende a fragilizar as relações pessoais e profissionais no âmbito do espaço de trabalho, gerando um ambiente cada vez mais conflituoso, o que impacta na subjetividade da profissional, bem como nas formas de objetivação do seu trabalho, e demarca um caminho para o aprofundamento do individualismo, esgarçando as lutas coletivas, esvaziando os espaços democráticos, e por fim, enfraquecendo as possibilidades de construções profissionais mais críticas e propositivas alinhadas ao projeto profissional hegemônico na profissão.

Outro elemento que aparece como manifestação da precarização do mundo do trabalho no cotidiano profissional das assistentes sociais, que também se alimenta da competitividade profissional, é o **esgarçamento, enfraquecimento e esvaziamento dos sindicatos e representações coletivas dos/as trabalhadores/as**, como é possível verificar no substrato:

Tem-se aqui a dialética renovada do trabalho que objetiva maior mercantilização do mesmo, dado que, ao se unificarem políticas de austeridade, técnicas de organização, controle e gestão do labor, também se redesenham avanços na precarização do trabalho, uma vez que os trabalhadores passam a conviver com: deteriorizações nas relações salariais e de trabalho expressas pela informalidade laboral, sub-remunerações, *enfraquecimento na capacidade das negociações de perdas salariais, esgarçamento/enfraquecimento/esvaziamento dos sindicatos ou de seus órgãos representativos, destituição de direitos trabalhistas e previdenciários*, intensificação do trabalho, dentre outros (FERNANDES; OLIVEIRA, 2019, p. 04).

Vivemos o enfraquecimento das instituições organizativas dos/as trabalhadores/as, fato esse que se expressa antagônico ao terreno em que se gestou a construção e consolidação do projeto ético-político do Serviço Social em meados dos anos 1980. No contraponto àquela realidade, temos hoje uma desarticulação geral dos espaços coletivos, logo, uma forte consequência no âmbito das relações sociais das profissionais, já que estão cada vez mais submersas numa realidade subjetivista, evocando seus interesses pessoais.

É diante de uma crise econômica nefasta que redesenha as relações de trabalho, que há uma limitação legal e institucional do poder e da ação sindical, enquanto estratégias de desmobilização e precarização dos espaços de organização e resistência coletivos, favoráveis à dominação do mercado e segmentação/fragmentação dos/as trabalhadores/as em favor da legitimação de um “consenso”.

As transformações na dinâmica econômica e social indicam uma profunda reconfiguração da classe trabalhadora, com a perda de importância relativa dos setores em que o sindicalismo historicamente mostrou maior capacidade de organização e ação coletiva e crescimento de ocupações mais precárias. Embora a precariedade não seja exatamente uma novidade no mercado de trabalho brasileiro, dada a histórica informalidade e a ausência de proteção legal que o caracterizam, a proliferação de contratos atípicos amplia a vulnerabilidade dos trabalhadores e dificulta a ação sindical, já que esses trabalhadores são dificilmente representados pelos sindicatos (GALVÃO ET AL, 2019, p. 255).

Dessa forma, entender as estratégias do mercado de destituição dos espaços de representatividade e organização coletiva da classe trabalhadora, em específico das assistentes

sociais, se coloca como uma prática indispensável para apreendermos as táticas de controle sobre os grupos minoritários, as quais tendem a fortalecer os sujeitos enquanto indivíduos, por meio dos ditos: empoderamento, resiliência, protagonismo individualista, adaptabilidade, em detrimento do fortalecimento desses sujeitos como seres coletivos, e suas estratégias coletivas.

No tocante ao Serviço Social, temos o enfraquecimento de seus espaços coletivos, expressos pela não participação em sindicatos, bem como pela negação da representatividade das entidades da profissão, não participação em espaços coletivos no âmbito mais singular do trabalho, e ainda, a deslegitimação, por parte de assistentes sociais, dos ambientes coletivos dos usuários dos serviços prestados, o que em tempos de crise estrutural do capital e de seus rebatimentos na organização da classe trabalhadora, impacta o projeto ético-político profissional com os rebatimentos da massificação e degradação dos espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais.

Diante de todas essas questões que impactam a subjetividade e objetivação do trabalho profissional das assistentes sociais, ainda foi possível identificarmos na pesquisa, outro ponto que aparece em todos os trabalhos em que se trata da precarização do trabalho profissional, é: **o desgaste da saúde das profissionais, o que tem gerado um adoecimento em massa**, como podemos observar nas passagens abaixo:

[...] assistentes sociais enquanto detentores de um trabalho profissional de cariz ideológico, no contexto da precarização do mundo do trabalho e das particularidades do **desgaste da saúde** na dinâmica do capital barbarizado. [...] Com isso, é possível perceber, por exemplo, o aumento dos casos de acidente de trabalho, relações diretas com o quadro das transformações organizacionais promotoras de instabilidades no psiquismo; ou, ainda, a associação de tais acidentes com o adensamento do cansaço oriundo da intensificação do labor, do aumento de ritmos e da pressão por produtividade (VALLE; LEITE, 2019, p. 04-05).

[...] nesta dinâmica de flexibilização/precarização, está envolvido pela sombra da insegurança do emprego, do alto índice de desemprego, contratações e subcontratações precárias, pífios salários, desqualificação do trabalho e da formação, ambientes sócio-ocupacionais instáveis, **sem contar os índices de adoecimento e as ameaças que envolvem os assistentes sociais em sua subjetividade** (OLIVEIRA; SEVERO, 2019, p. 08).

Além de toda a dimensão manipulatória objetiva do capital contemporâneo sobre a vida dos/as trabalhadores/as, se vive também um processo de “captura” da subjetividade desses sujeitos ALVES (2011), situação que não é alheia as assistentes sociais, pois a manipulação psicológica também é encontrada nos diversos espaços de trabalho, o que impacta diretamente

a saúde dessas profissionais, por meio de cansaços generalizados, hipertensão, depressão, ansiedade, a sensação de vida reduzida, ou seja, sintomas/adoecimentos que estão localizados na esfera da saúde mental, o que também nos conecta com as demais parcelas da classe trabalhadora, por meio desse nexo negativo existente entre as condições de vida, de trabalho e de adoecimento.

Situações que podem ser aprofundadas também pela proximidade que as assistentes sociais têm com as expressões mais dramáticas da questão social, que cada vez mais difusas e complexas, com respostas institucionais frágeis, fragmentadas, pontuais e seletivas, e quando a profissional absorve algumas dessas determinações, e estando limitadas pelos ditames institucionais, o que lhe resta, muitas vezes, é o adoecimento e o sofrimento.

É unânime, no campo crítico, que o adoecimento provocado nos/as trabalhadores/as de forma geral, e em específico nas assistentes sociais, advém das condições precárias do trabalho, adensadas pela acumulação flexível, com contornos mais profundos em tempos pandêmicos. Assim sendo,

O crescimento da demanda, aliado à falta de condições de trabalho nas instituições, tem acarretado inúmeros problemas de saúde aos profissionais. Os problemas são de ordem física, tais como dores, hipertensão, cansaço, doenças profissionais e também emocionais, como frustração, desânimo, angústia, ansiedade, insônia, decorrentes das condições de trabalho e da própria precariedade das instituições (SANTOS E MANFROI, 2012, p. 249).

Contudo, há que considerar algumas particularidades desse processo na subjetividade das assistentes sociais, apreendendo-as a partir do seu *ethos* profissional, tendo em vista que essa determinante pode impactar o adoecimento de forma distinta, por mais que a natureza/ontologia desse adoecimento seja a precarização do trabalho, contudo, como isso chega às assistentes sociais que têm *ethos* profissionais distintos, tende-se a ter implicações também distintas.

Àquelas profissionais que adoecem porque tem sua demanda de trabalho aumentada, vive em função de cumprir as metas institucionais, e para isso vai aumentando sua jornada de trabalho, que se coloca sempre a posta para realizar “o que chega a suas mãos”, digeri tudo isso de forma acrítica, se tornando a dita profissional “faz-tudo”, ela incorpora a lógica institucional como sendo a sua tona de trabalho, buscando se tornar uma profissional comprometida com a instituição, competente perante os interesses institucionais, o que vai demarcar seu

distanciamento da cultura crítica da profissão, seja porque a “realidade tem *capturado o sêmen do pensamento crítico* dos assistentes sociais, limitando-os ao trato da realidade aparente, restrita ao senso comum e desprovida de criticidade na leitura, no diálogo e na intervenção profissional” (MORAES, 2016, p. 592), seja por uma questão de vinculação teórico-política com esse outro projeto de profissão, então, o adoecimento tende a ser exclusivamente pela carga de trabalho.

Por outro lado, as singularidades do adoecimento nas profissionais com um *ethos* crítico, alinhado ao projeto ético-político, além da carga de trabalho, tende a ser pela vivência e apreensão das contradições presentes nesse aumento da demanda de trabalho, o que leva ao adoecimento psíquico e moral, devido ao assédio moral, quando a profissional se coloca como crítica frente a esses processos de precarização, quando não adere de forma instantânea às demandas institucionais, quando procura refletir as possibilidades de efetivação do seu trabalho profissional em busca de dar respostas ao conjunto das demandas, perante os impasses e limites institucionais, já que apreender o movimento da realidade como ela o é, já é em si uma condicionante para o adoecimento profissional.

O processo de adoecimento é em si um complexo multicausal, e não há como, na minha condição de assistente social, analisar suas causas e implicações, no sentido de fazer um diagnóstico clínico, mas é possível que façamos uma análise social dessa realidade, a partir da identificação, problematização e entendimento de algumas tendências que o trabalho tende a aprofundar determinadas circunstâncias nocivas à saúde da classe trabalhadora em geral, e das assistentes sociais em específico, que podem gerar o adoecimento biopsicossocial.

As questões que envolvem a desregulamentação e flexibilização do trabalho profissional, apontadas até aqui, parecem, então, convergir numa direção política-profissional que é revelada também em todos os trabalhos analisados acerca da precarização do trabalho das assistentes sociais, que é a ***adoção acrítica da racionalidade, das diretrizes e dos interesses institucionais***, tendo em vista o “aumento da cobrança para maior domínio dos processos técnico-operativos em detrimento da dimensão formativa, investigativa, teórico-metodológica e ético-política, tendenciando a levar ***à atividade profissional a mera burocratização***” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2019, p. 10). Ainda mais,

[...] são determinadas cada vez mais exigências produtivas ao Serviço Social e o desempenho profissional passa a ser medido e tem como significado social do trabalho

profissional *responder às requisições institucionais* que induzem os profissionais a tratar da Questão Social apenas com critérios quantitativos (OLIVEIRA, 2019, p. 09).

Essa instância da precarização do trabalho profissional ganha um forte assento no Serviço Social, tendo em vista o caráter operativo da profissão, que no âmbito dos interesses institucionais acaba realocando determinações próprias para a profissional, e incide diretamente na sua autonomia, delineando formas específicas de intervenção, óbvio que condizente com os interesses institucionais.

4 CONCLUSÃO

Existem traços conservadores que acompanham o Serviço Social durante esses 86 anos de existência, o que nos leva a afirmar que a maior parte deles, em especial, as demandas que nos fazem socialmente necessários como profissionais são alteradas de acordo com o que esperam de nós, em posições bastante diferentes das classes sociais em luta (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Por essa razão, uma questão central foi colocada no momento da virada e consolidadas pela categoria no atual projeto ético-político: a compreensão de que existe um conflito entre as finalidades institucionais e as finalidades profissionais, daí fomos tentando diferenciar o que é de um lado projeto da instituição e de outro o nosso projeto de profissão.

Se esse processo subordina a prática profissional às requisições institucionais, por outro lado, a presença do atributo de profissão liberal regulamentada, faculta as profissionais o exercício de sua *autonomia relativa* (histórica e produto da correlação de forças sociais), o que permite as profissionais romperem com visões deterministas ou voluntaristas para se apropriarem da dinâmica contraditória dos espaços institucionais, e assim formular estratégias individuais e coletivas, as quais podem escapar da reprodução acrítica das requisições do poder institucional, e caminharem na sedimentação da cultura crítica profissional.

Apesar de termos escolhidos nitidamente fortalecer as demandas dos usuários e nos colocarmos ao lado do projeto de classe dos/as trabalhadores/as, a nossa demanda continua sendo delineada pelo projeto das classes dominantes e do Estado, portanto, tem caráter ontologicamente conservador, questão essa que se coloca como um choque para várias profissionais quando passa a exercer a profissão, o que muitas vezes, se reforça a concepção de que “na prática a teoria é outra”.

Assim, se faz necessário o fortalecimento da cultura crítica profissional embebida na racionalidade crítico-dialética, a qual se alimenta e é alimentada no atual projeto ético-político, o que possibilita o desenvolvimento da capacidade e/ou construção coletiva de dar respostas qualificadas às demandas antagônicas que chegam ao exercício profissional, tendo nessa categoria a possibilidade histórica de imprimir determinações objetivas e subjetivas do fazer profissional, ao ressignificar as atribuições, competências e instrumentos de trabalho através de um contínuo diálogo politizado com os usuários e seus sujeitos coletivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **A subjetividade às avessas: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital.** *Cad. psicol. soc. trab.* [online]. 2008, vol.11, n.2, pp. 223-239. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a07v11n2.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. A precarização em movimento: expressões dos seus avanços no trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865>> . Acesso em 25 de nov. de 2021.

GALVÃO, Andréia *Et Al.* Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, Maio/Ago. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/30691/19670>>. Acesso em 22 de out. de 2021.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da libertação:** religião e política na América Latina. 2a. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional In: **Revista Serviço Social e Sociedade:** 80 anos do Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, Nº 127, p. 587-607, set/dez. 2016.

OLIVEIRA, Glenda Giordana da Silva de. As concepções do processo de trabalho: A precarização e seus reflexos na categoria profissional de Serviço Social. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865> > . Acesso em 25 de nov. de 2021.

SANTOS, Maria Tereza dos; MANFROI, Vania Maria. Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10. n. 30, p. 233-252, 2º semestre de 2012. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/5114/3754>>. Acesso em 10 de ago. de 2021.

SOUZA, Rosiane Costa de; DIAS, Jesane Nascimento. A precarização dos processos de trabalho e os desafios do Código de Ética do Serviço Social: Um estudo a partir da comissão de orientação e fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865> > . Acesso em 25 de nov. de 2021.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. O Serviço Social e a lógica neoliberal-gerencial: A precarização da saúde das Assistentes Sociais do sóciojurídico carioca. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865> > . Acesso em 25 de nov. de 2021.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O assistente social na luta de classe: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.